



Enap

Escola Nacional de Administração Pública

Diretoria de Formação Profissional e Especialização

Coordenação-Geral de Especialização

Leonardo Fróes Píramo de Souza

**PROGRAMA DE INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DA ENAP:
OS DESAFIOS DA INCLUSÃO**

**Brasília – DF
Março/2018**

LEONARDO FRÓES PÍRAMO DE SOUZA

**PROGRAMA DE INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DA ENAP:
OS DESAFIOS DA INCLUSÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Enap, sob a orientação do Prof. Ms Rodrigo Torres de Araújo Lima, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Especialista em Gestão Pública, Estratégia de Pessoas.

BRASÍLIA – DF
2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos professores e coordenadores da Especialização em Gestão Pública, 11ª edição da Enap e, em especial, ao meu orientador Prof. Ms Rodrigo Torres de Araújo Lima pela paciência, apoio e dedicação.

RESUMO

O tema deste trabalho é o Programa de Inclusão de Pessoas com Deficiência da Escola Nacional de Administração Pública, fundamentado em convenção internacional, ratificada pelo Brasil, e em legislação brasileira específica. O Programa é alinhado à nova gestão de pessoas da Administração Pública Federal e elaborado com quatro eixos voltados para a Inclusão Social e Funcional, a Acessibilidade Arquitetônica e Urbanística, a Acessibilidade Comunicacional e Tecnológica, e a Inovação e Educação Inclusiva. Inúmeros desafios estão diante da plena participação e da inclusão na Escola. Para responder as questões sobre o Programa são realizadas entrevistas, com estudantes e frequentadores da Enap, e análises a partir de relatórios do Comitê Gestor da Instituição. A metodologia aplicada é a qualitativa que permite conhecer, através de amostra, a realidade das pessoas com deficiência no ambiente da Escola. A pesquisa verifica a eficácia das ações que estão sendo executadas e quais os resultados alcançados nos primeiros meses de implantação do Programa. Revela também como as pessoas com deficiência contam com novos recursos de inclusão. As respostas identificam áreas com problemas, mas apontam, por exemplo, o convívio sem barreiras atitudinais em todos os setores. Pessoas com deficiência visual, intelectual, física, auditiva ou com mobilidade reduzida frequentam ou acessam a Enap. São servidores, estudantes, visitantes, alunos do ensino a distância, usuários de modo geral que necessitam de facilidades para acesso e inclusão. Precisam da igualdade para as tarefas e atividades diversas. O trabalho mostra que o Programa de Inclusão das Pessoas com Deficiência é considerado um importante instrumento da agenda estratégica da Escola.

Palavras-chave: Inclusão; Pessoas com Deficiência; Gestão de Pessoas.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	5
2 HISTÓRICO E O LANÇAMENTO DO PROGRAMA.....	5
3 REFERENCIAL TEÓRICO.....	8
4 O PROGRAMA.....	12
4.1 Rede Social.....	14
5 GESTÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO SETOR PÚBLICO.....	15
6 METODOLOGIA.....	15
7 SÍNTESE DAS ENTREVISTAS.....	17
8 ANÁLISE DE DADOS.....	17
9 CONCLUSÃO.....	21
10 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	22
APÊNDICE COM AS ENTREVISTAS.....	24

1. INTRODUÇÃO

A inclusão das pessoas com deficiência na rotina de diversas atividades é desafio enfrentado pela sociedade.

A Enap, que tem como missão o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de carreiras do serviço público federal, implantou em 2017, um abrangente instrumento para garantir, no ambiente da Escola, o exercício amplo de todos os direitos e oportunidades.

O Programa de Inclusão de Pessoas com Deficiência da Enap, estruturado com quatro eixos de ação, tem os seus fundamentos alicerçados na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU (Organização das Nações Unidas), promulgada em Nova Iorque, nos Estados Unidos da América, em 30 de março de 2007, e na Lei Brasileira de Inclusão (LBI), Lei nº 13.146, de 6, de julho de 2015.

O Programa visa implantar modificações para eliminar barreiras físicas ou atitudinais, e facilitar todos os meios para o cumprimento das etapas da inclusão destinadas a pessoas que precisam conquistar a igualdade de direitos com dignidade.

O convívio com as pessoas com deficiência é a melhor maneira de permitir o entendimento da questão e abrir as oportunidades para a inclusão.

Este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo aferir resultados das fases já concluídas na execução do programa e verificar, por meio de pesquisa feita com usuários da Escola, a eficácia de funcionamento dos eixos. Todo esforço realizado se direciona a responder à seguinte questão: as ações desenvolvidas no âmbito do programa de inclusão da Enap estão promovendo a inclusão de pessoas com deficiência nos programas, serviços e ambientes da escola?

2. HISTÓRICO E O LANÇAMENTO DO PROGRAMA

O Programa de Inclusão de Pessoas com Deficiência da Enap tem como embrião a proposta de duas servidoras da Enap que retornaram à Escola, em 2016, após cumprirem missões administrativas e gerenciais na estrutura organizacional do Palácio do Planalto. Na sede do Governo Federal tiveram a experiência do desenvolvimento de um exitoso programa de inclusão de pessoas com deficiência no âmbito da Casa Civil, cuja prioridade era a valorização de pessoas como cidadãs e o respeito às diversidades.

As duas servidoras, Anna Paula Feminella e Selma Tereza Castro Roller Quintella, apresentaram o processo de implementação do projeto que haviam vivenciado na Presidência da República para um grupo de servidores da Enap.

Prontamente houve manifestação positiva para que fosse constituído um grupo informal com o propósito de iniciar um processo semelhante.

A experiência compartilhada possibilitou a criação do projeto com novos rumos para a Escola Nacional de Administração Pública envolvendo a questão prática da inclusão em todos os seus segmentos e o atendimento à demanda da relação social entre as formas de se viver e conviver. A Escola teria como oferecer oportunidades idênticas para aqueles que são impedidos de acessar seus direitos por barreiras estabelecidas diante de suas deficiências.

Com o apoio do grupo informal de servidores da Enap, a proposta surgiu com os objetivos de prospectar conhecimento a respeito da inclusão em políticas públicas e ofertar recursos de acessibilidade nas atividades e ambientes da Enap.

Desde os primeiros entendimentos, a Diretoria de Gestão Interna ofereceu apoio decisivo para o Programa, inclusive com sua Diretora, Camile Sahb Mesquita, envolvendo-se diretamente na questão e oferecendo materialidade às propostas. Com adesão integral das diretorias de Inovação e Gestão do Conhecimento, de Formação Profissional e Especialização, de Educação Continuada, e de Pesquisa e Pós-graduação *Stricto Sensu* foram designados dois servidores de cada uma para a formação preliminar de um grupo organizador, que seria a base do Comitê Interno.

Em outubro de 2016, passaram a constar em pauta os temas prioritários como a sensibilização e capacitação de funcionários para a nova realidade. Ficou então pactuado que seria criado um comitê permanente e definidas as agendas administrativas para as etapas de ação.

Foram realizados encontros internos, entre servidores da escola para debater a questão da deficiência, permitindo que todos entendessem a importância do tema. O objetivo era dar visibilidade à pauta.

No entanto, a invisibilidade que é considerada importante barreira atitudinal apareceu como questão relevante para o grupo da Enap. Fernando Braga da Costa (2004) em seu livro “Homens Invisíveis: Relatos de uma Humilhação Social” comprovou a existência da invisibilidade pública de determinados grupos sociais e para isto atuou como gari para obter uma comprovação. Para ele, “há fatores que podem contribuir para que a invisibilidade ocorra: sociais, culturais, econômicos e estéticos”.

Este era um dos desafios para os servidores que precisavam entender a questão da invisibilidade social constatada quando, por exemplo, uma pessoa com deficiência é menosprezada pela sua condição física ou estética, também discriminada, e permanece à margem da sociedade que a trata com indiferença.

Em fevereiro de 2017, o Comitê Gestor foi constituído formalmente. A principal preocupação para a operacionalização era o envolvimento dos demais servidores. A coordenação

encontrou formas para que todos da Escola tivessem a oportunidade de opinar e dar contribuições. As propostas englobaram aspectos gerais relacionados à inclusão e à acessibilidade, a não exclusão e a não discriminação.

A servidora Anna Paula Feminella foi instituída como coordenadora do Comitê com atuação exclusiva para essa função, sendo deslocada para o Gabinete do Presidente da Enap. O objetivo era dar maior capacidade de articulação e coordenação, atuando efetivamente com uma pauta transversal que cobrisse todas as áreas e setores da Escola.

A intensificação dos trabalhos proporcionou a oportunidade de contar com a opinião dos segmentos mais simples e operacionais até as esferas superiores de decisão.

As coletas de dados permitiram o conhecimento da realidade para a formatação do projeto. Segundo o Comitê, os estudos e levantamentos objetivavam a implantação de amplo repertório de competências para a Enap.

Foi possível, então, avançar no desenvolvimento de um conjunto de ações que constituiriam efetivamente o Programa de Inclusão.

Em junho de 2017, a Escola Nacional de Administração Pública promoveu a Roda de Conversa “Precisamos Falar sobre a Deficiência na Escola”. Participaram representantes de vários segmentos de órgãos do setor público federal. Houve a troca de experiências com o intuito de criar o fortalecimento da inclusão da pessoa com deficiência na esfera pública federal. Alguns tópicos foram destacados como a priorização da deficiência, o desenvolvimento profissional e a atenção ao capacitismo, ou seja, a discriminação com as pessoas deficientes ao não considerá-las iguais em capacidades.

Em 25 de julho de 2017, o Programa de Inclusão de Pessoas com Deficiência da Enap foi efetivamente lançado com a presença da representante da Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, do Ministério dos Direitos Humanos, Carolina Sanchez Gomes, além de membros da sociedade civil e órgãos da Administração Pública Federal, e pessoas com deficiência que trabalham como servidores públicos em vários setores.

A cerimônia pode ser considerada um marco, por seu caráter de inovação e por sua alta capacidade de mobilização de atores estratégicos, debatendo a importância de promover a inclusão de pessoas com deficiência, sejam elas servidoras ou usuárias de serviços públicos.

O lançamento do programa, sob a direção do presidente da Fundação Escola Nacional de Administração Pública, Francisco Gaetani, contou também com as presenças da Auditora Federal de Controle Externo e Coordenadora de Inclusão e Acessibilidade do TCU (Tribunal de Contas da União), Valéria Cristina Gomes Ribeiro, da Chefe da Divisão de Temas Sociais e Coordenadora do Comitê para a Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência do MRE (Ministério das

Relações Exteriores), Laura Berdine Santos Delamonica, do vice-presidente da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Joelson Dias, e da representante do Comitê Gestor da Enap, Anna Paula Feminella.

Ao consubstanciar as palavras de todos os palestrantes no evento destacaram-se os aspectos fundamentais para o Programa como o direcionamento da pauta estratégica da Escola, a atuação como indutor para outros programas do Governo Federal, o estímulo à acessibilidade que deve ser para todos e não apenas para pessoa com deficiência, a capacitação do servidor público federal para a questão da deficiência, e a priorização de maior visibilidade à deficiência.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

A criação do Programa está apoiada nas duas principais normas vigentes no Brasil sobre o tema: a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015) e a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência da ONU (Organização das Nações Unidas), promulgada no Brasil por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, e pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, da Presidência da República.

Inicialmente é importante entender que, de acordo com a LBI:

(...) é considerada pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo, de natureza física, mental ou sensorial, e que em interação com uma ou mais barreiras, pode ter obstruída a sua participação, plena e efetiva, na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Na Convenção da ONU, de 30 de março de 2007, os chamados Estados Partes no preâmbulo, item “E”, reconhecem que a deficiência é um conceito em evolução e que resulta da interação entre pessoas. No item “Y”, ressaltam a “contribuição para corrigir profundas desvantagens sociais das pessoas com deficiência em igualdade de oportunidades”.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência assegura e promove, em condições de igualdade, “o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, visando a sua inclusão social e cidadania”.

De acordo com o Censo de 2010, do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), existem no Brasil 45,6 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência declarada, representando 23,92% da população brasileira.

A Organização das Nações Unidas proclamou 1981 como o Ano Internacional das Pessoas Deficientes e, em dezembro de 1982, criou o Programa Mundial de Ação para Pessoas com Deficiência, considerando ser “fundamental que a sociedade assuma as necessidades das pessoas

deficientes e compreenda não só os seus problemas e limitações, mas, sobretudo, suas possibilidades de realização”.

Segundo Figueira (2008), a situação da deficiência no Brasil saiu da invisibilidade a partir da promulgação do Ano Internacional das Pessoas Deficientes que teve como lema a “participação plena e a igualdade”. Em seu livro “Caminhando em Silêncio – Uma Introdução à Trajetória das Pessoas com Deficiência na História do Brasil”, ele aborda como era a exclusão, a segregação e o silêncio das pessoas com deficiência no país.

Romeu Kazumi Sasaki (2007), no livro “Nada sobre Nós, sem Nós, da Integração à Inclusão”, destaca a mudança das práticas sociais relacionadas às pessoas com deficiência em várias fases, como demonstra a evolução histórica:

Quando surgiu este lema tão famoso nos dias de hoje? Se considerarmos as quatro eras das práticas sociais em relação a pessoas com deficiência — exclusão (antiguidade até o início do século 20), segregação (décadas de 20 a 40), integração (décadas de 50 a 80) e inclusão (década de 90 até as próximas décadas do século 21) —, este lema tem a cara da inclusão. Mas se levarmos em conta o conceito de participação plena, o lema teve a sua semente plantada em 1962, em plena era da integração, e germinada a partir de 1981 graças ao Ano Internacional das Pessoas Deficientes.

No livro “Deficiências no Brasil uma Abordagem Integral dos Direitos das Pessoas com Deficiência” (2007), seus organizadores Maria Aparecida Gugel, Waldir Macieira da Costa Filho e Lauro Luiz Gomes Ribeiro, reúnem autores com temas que abordam a deficiência e os direitos sobre educação, saúde e reabilitação, trabalho, esporte, lazer, cultura, turismo, transporte, acessibilidade física dos ambientes, informação e a atenção assistencial. Na introdução do livro (2007, p.7) afirmam que “o Estado brasileiro e a sociedade brasileira têm o dever de fazer implementar o direito de a pessoa com deficiência ser igual”.

Maria Aparecida Gugel, doutora pela Università degli Studi di Roma Tor Vergata (Itália) e Subprocuradora-geral do Ministério Público do Trabalho, durante a palestra “A Inclusão Profissional de Pessoas com Deficiência na Administração Pública”, na Enap, em agosto de 2017, destacou a importância dos direitos para as pessoas com deficiências e a inclusão na administração pública brasileira, a partir da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

Segundo ela, todas as naturezas de deficiências, na relação com o ambiente onde vivem, onde estudam, onde trabalham ou se divertem, é que vão dar a medida efetiva ou não na sociedade:

Essa busca pela inclusão da pessoa com deficiência está diretamente ligada a outro princípio, ou a outro valor, que tem natureza constitucional, que é a acessibilidade. Então se tivermos ambientes acessíveis, amigos da pessoa com deficiência, não importa o

impedimento que ela tenha, o grau de impedimento, o grau de dificuldade da pessoa com deficiência em se locomover, ou ouvir, ou de ver, ou de sentir, as condições estão plenas e permitem que esta pessoa transite nesses ambientes e nesses lugares com autonomia e independência.

Descrevendo os princípios da inclusão, Maria Aparecida Gugel lembra a fórmula matemática criada pelo professor, sociólogo e economista do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) Marcelo Medeiros em 2005. A apresentação ocorreu durante palestra organizada na Nicarágua pelo Banco Mundial, na “Oficina de Alianças para o Desenvolvimento Inclusivo”, que analisou o tema “Pobreza, Desenvolvimento e Deficiência”.

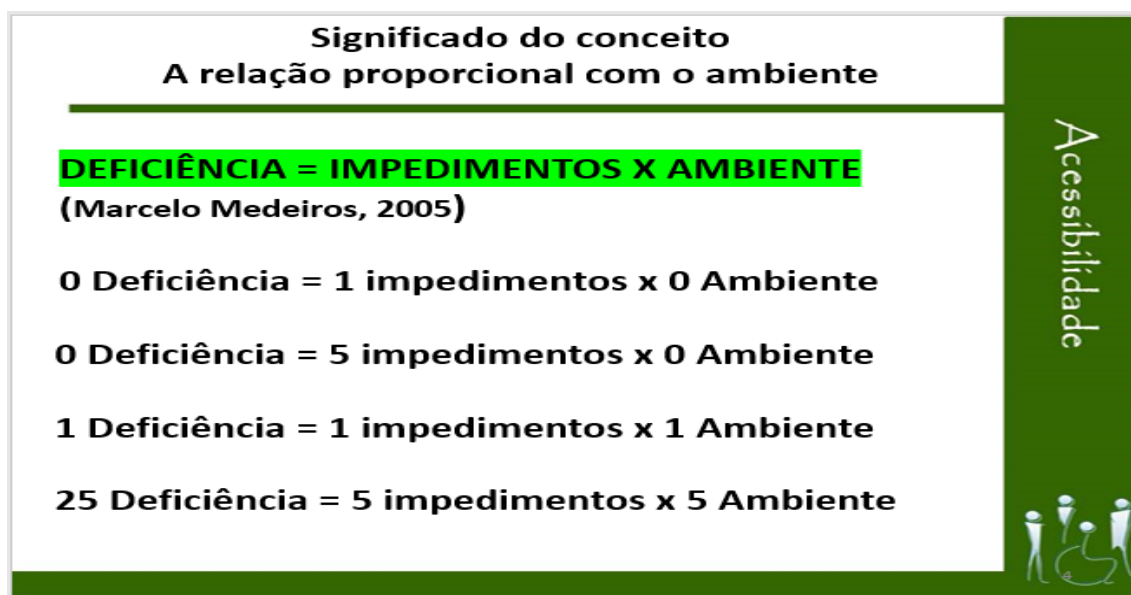
O economista defendeu a importância da relação **funcionalidade e ambiente**, sem menosprezar a deficiência e sua realidade, mas apresentou a seguinte fórmula:

deficiência é igual a limitação funcional **multiplicada** pelo ambiente
(deficiência = limitação funcional X ambiente/barreiras).

A existência de barreiras são obstáculos na vida das pessoas com deficiências e impedem o exercício pleno de atividades ou de movimentação. Se a pessoa tem um impedimento, mas o ambiente não tem obstáculo à deficiência, então, para esta situação, é zero. A quantidade de impedimentos da pessoa diante dos obstáculos é que determina o nível de deficiência. Por exemplo: pessoa com 5 impedimentos e o ambiente com 5 barreiras, a deficiência será 25 (5x5).

Para isto é observada a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde, instituída pela OMS (Organização Mundial da Saúde), que estabeleceu linguagem unificada para a descrição da saúde.

FIGURA 1- A relação da funcionalidade com o ambiente (barreiras)



FONTE - Slide da palestra da Dra. Maria Aparecida Gugel

Um outro balizador para a adoção de medidas de acessibilidades nos órgãos do Governo Federal é o Acórdão nº 2.170, de 15 de agosto de 2012 – TCU Plenário, mantido com ajustes pelo Acórdão nº 3.244, de 27 de novembro de 2013 -Plenário, Tribunal de Contas da União.

O Acórdão é resultado de uma auditoria operacional conduzida pela Corte de Contas, a partir de 21 de setembro de 2011, Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, e que possibilitou a avaliação das condições de acesso das pessoas com deficiência, ou com mobilidade reduzida, nos edifícios dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

O objetivo era avaliar as reais condições de acessibilidade nos prédios e serviços públicos dos ministérios, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista.

O documento do Tribunal de Contas da União é motivador para assegurar a plena acessibilidade a todas as dependências e serviços oferecidos à população. Faz valer as garantias individuais e determina aos administradores públicos a modernização ou a moldagem das instalações e equipamentos públicos em todos os órgãos federais.

Outra abordagem como referência para acessibilidade é o Desenho Universal criado em 1987 pelo arquiteto norte-americano Ron Mace. Era cadeirante, utilizava respirador artificial, e percebeu a importância da padronização de objetos e meios arquitetônicos para serem utilizados por todas as pessoas, independentemente da situação física de cada um. Desenvolvido na Universidade da Carolina do Norte, nos Estados Unidos da América, é o modelo adotado em ambientes arquitetônicos e urbanísticos.

Em seu livro “Desenho Universal – Métodos e Técnicas para Arquitetos e Urbanistas” Silvana Cambiaghi (2012), arquiteta brasileira, cadeirante, e mestre em acessibilidade e desenho universal, cita a importância da formação acadêmica para que a arquitetura, o urbanismo e o *design* “sejam exercidos de maneira que garantam uma relação de mão dupla entre o ambiente e as pessoas”.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas com a norma NBR 9050 (2015), de acessibilidade a edificações, mobiliário, espaço e equipamentos indica a aplicação dos sete princípios do Desenho Universal que são:

(...) igualitário – tornar o ambiente igual para todos; uso equiparável (para pessoas com diferentes capacidades);

adaptável – produtos e espaços adaptados para qualquer uso; flexível (com leque amplo de preferências e habilidades);

óbvio – possível de ser compreendido por todos; simples e intuitivo (fácil de entender);

conhecido – informação de fácil compreensão; perceptível (comunica eficazmente a informação necessária);
 seguro – para diminuir riscos; tolerante ao erro (que diminui riscos de ações involuntárias);
 sem esforço – baixo esforço físico; com pouca exigência física;
 abrangente – independentemente do tamanho do corpo da pessoa e espaço para o acesso e o uso.

O Desenho Universal abrange produtos utilizados, genericamente, sem a preocupação com questões físicas ou de idade de qualquer pessoa.

4. O PROGRAMA

O Programa de Inclusão de Pessoas com Deficiência da Enap tem como foco a promoção dos direitos das pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida no ambiente da Escola, em consonância com o objetivo geral apresentado na base do Mapa Estratégico da Instituição, com quatro eixos de ação.

FIGURA 2 – Os quatro eixos da inclusão da Enap



FONTE: Enap - julho de 2017

O Eixo Inclusão Social e Funcional visa a ampliar a visibilidade e a efetiva participação das pessoas com deficiência nas atividades da Escola. Propõe viabilizar os recursos de acessibilidade para o sistema de inscrição em provas e exames, com campos destinados a registro de deficiência. Inclui a permanência de estagiários com deficiência em todas as diretorias.

O Eixo Acessibilidade Arquitetônica e Urbanística tem o propósito de eliminar barreiras nas dependências e imediações da Escola, reformar instalações e adaptar mobiliários como mesas de trabalho e balcões de atendimento.

O Eixo de Acessibilidade Comunicacional e Tecnológica foca na eliminação de barreiras para pessoas com deficiências auditiva e visual. Objetiva também a disponibilização de conteúdos em formatos acessíveis para leitura com *softwares* e aplicativos leitores de tela. Visa a oferta de serviços de audiodescrição e Libras (Língua Brasileira de Sinais), em eventos e produções audiovisuais, e a adequação do portal da internet para acessibilidade digital, conforme o sistema e-Mag (modelo eletrônico do Governo Federal).

O Eixo Inovação e Educação Inclusiva envolve o desenvolvimento e a prospecção de conhecimentos, mecanismos e estratégias de gestão inclusiva que abordam a temática da deficiência pela perspectiva dos direitos humanos. Objetiva o desenvolvimento de cursos e eventos de sensibilização e capacitação, a troca de experiências de gestão da inclusão na Administração Pública, e a revisão de cursos para atualização de acordo com a Lei Brasileira de Inclusão.

Outra iniciativa da Escola é o GNova, Laboratório de Inovação, que tem promovido palestras e conversas sobre a inclusão de pessoas com deficiência. É um espaço aberto destinado a interessados em novas ferramentas de gestão e maneiras para incrementar processos inovadores no setor público.

Em dezembro de 2017, o Comitê Gestor apresentou, em relatório, atividades para 2018 referentes aos eixos de Inclusão Social e Funcional, Acessibilidade Comunicacional e Tecnológica e Inovação e Educação Inclusiva. Entre elas destacam-se:

- Cursos, artigos, pesquisas, estudos de caso e seminário internacional que propiciem agregar valores relacionados à inclusão e à diversidade na gestão pública;
- Capacitação de servidores da Enap para atendimento ao público com deficiência, destacadamente com cursos de Libras e de acessibilidade digital;
- Acompanhamento de pessoal terceirizado com deficiência e cumprimento de vagas para pessoas com deficiência;
- Gestão de pessoas com foco nas especificidades das pessoas com deficiência, nas ações de recrutamento e seleção, no acompanhamento e avaliação de desempenho de estagiários com deficiência, e na permanente inclusão de servidores com deficiência; e
- Apoio aos servidores que possuem dependentes com deficiência.

Para o eixo Acessibilidade Arquitetônica e Urbanística, entre outras propostas, está prevista a execução de pisos táteis em áreas externas e internas da Escola.

O Comitê relatou os primeiros meses de ações executadas no Programa de Inclusão de Pessoas com Deficiência da Enap, com as principais atividades.

No Eixo Inclusão Social e Funcional foram contratados estagiários com deficiência e houve acompanhamento da situação da reserva de vagas de terceirizados com deficiência. Foi ampliada a visibilidade dos servidores com deficiência nas atividades da Enap e realizadas duas Rodas de Conversa com servidores com deficiência e a “Semana da Inclusão de Pessoas com Deficiência”, de 12 a 15 de setembro de 2017.

No Eixo Acessibilidade Arquitetônica e Urbanística o investimento esteve concentrado na reforma e adaptação dos banheiros no prédio central, em consonância com as normas de acessibilidade, e remodelados os balcões de atendimento ao público.

No Eixo Acessibilidade Comunicacional e Tecnológica foram aprimorados o cadastro da Enap e a ficha de inscrição com tópicos referentes a inclusão de Pessoa com Deficiência (PcD). O portal eletrônico foi adaptado de acordo com os requisitos de acessibilidade e comunicações digitais para formatos especiais destinados a pessoas com deficiência. Outra iniciativa foi a publicação da cartilha do Programa de Inclusão contendo texto da LBI (Lei Brasileira de Inclusão) e com orientações aos docentes sobre recursos de acessibilidade da Enap.

No Eixo Inovação e Educação Inclusiva foram realizadas capacitações para a qualificação de atendimento ao público com deficiência e desenvolvido o “Curso Noções de Atendimento ao Público com Deficiência”. O Ciclo de Debates sobre “A Lei Brasileira de Inclusão e sua aplicação na Administração Pública” possibilitou a troca de experiências relacionadas aos mecanismos de inclusão nos órgãos do Governo Federal. O laboratório de inovação GNPapo da Enap apresentou novos conhecimentos ligados aos mecanismos de inclusão de Pessoas com Deficiência (PcD) em órgãos públicos.

O Programa de Inclusão de Pessoas com Deficiência da Enap serviu como modelo para a AGU (Advocacia Geral da União), que tem por função constitucional a representação judicial e extrajudicial da União. Lançado em setembro de 2017, possui as diretrizes para a inclusão social e funcional nas unidades da Entidade e visa a redução de barreiras.

4.1 Rede Social

Na rede social, via celular, o Programa de Inclusão de Pessoas com Deficiência da Enap reúne grande e movimentado grupo a partir do *WhatsApp*.

Participam servidores públicos, médicos, advogados, arquitetos, mães e pais de deficientes, profissionais acadêmicos, estudantes universitários, estagiários, professores, e trabalhadores

autônomos. O fórum da Enap tem repercussão nacional em função dos temas, debates e da riqueza de informações.

5. GESTÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO SETOR PÚBLICO

No setor público, a gestão de pessoas com deficiência é quase novidade que passa pelo aprendizado e pela adaptação à nova legislação de amparo e proteção à deficiência.

As competências das pessoas com deficiência, a serem reconhecidas, dependem dos novos conhecimentos dos dirigentes. A conceituação da Convenção da ONU, de março de 2007, e da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, de inclusão das pessoas com deficiência, oferecem a oportunidade para a ampliação do entendimento.

Vários fatores ainda interferem no processo de admissão e contratação de pessoas com deficiência no serviço público, como a pouca visibilidade para o assunto e o despreparo de gestores que não sabem como planejar a questão relacionada ao tema.

Por outro lado, nem todas as organizações públicas estão aptas para a convivência com pessoas deficientes o que torna a inclusão nova experiência a ser empreendida.

A Enap vem desenvolvendo a sensibilização e a capacitação de servidores e este poderá ser um modelo a ser trilhado, com trocas de experiências de gestão de pessoas, para a inclusão na Administração Pública Federal.

6. METODOLOGIA

Análises documentais e entrevistas são fatores preponderantes para a aplicação da metodologia qualitativa proposta.

No primeiro momento, a análise documental possibilita a verificação dos normativos legais e os estudos pormenorizados dos documentos e relatórios do Comitê Gestor. Em seguida, realizam-se as consultas para a formatação do modelo.

As pesquisas abrangem artigos, livros, revistas e internet, colhendo amplo material sobre a acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência.

Gil (2002, p.115) analisa as conceituações sobre o método qualitativo e aborda especificamente temas sobre questionário e entrevista:

Por questionário entende-se um conjunto de questões que são respondidas por escrito pelo pesquisado. Entrevista, por sua vez, pode ser entendida como a técnica que envolve duas pessoas numa situação “face a face” e em que uma delas formula questões e a outra responde.

As entrevistas deste trabalho não cobrem o universo amplo dos temas dentro dos quatro eixos. São limitadas em quantidade, mas focam diversos aspectos, e caracterizam impressões importantes, que fornecem uma boa visão sobre a aplicabilidade do Programa.

A população da pesquisa, objeto deste estudo, permite o levantamento amostral, identificando o método não-probabilístico. As escolhas seguem o critério de amostra por conveniência (pessoas com deficiências em atuação na Escola), acidental (usuários que frequentam ocasionalmente o ambiente) e intencional (pessoas que trabalham ou estudam na Enap). Os procedimentos de coleta em profundidade somente ocorrem quando o entrevistado disponibiliza maior tempo para responder no modo presencial.

São verificadas as rotinas na Escola com descrições de fatos que levam ao conhecimento do cotidiano diante das próprias experiências.

As entrevistas não padronizadas oferecem um panorama da realidade na Escola e foram colhidas em áudio, anotações em blocos de papel e por meio do correio eletrônico.

Níveis de eficácia das ações do Programa de Inclusão de Pessoas Deficiência da Enap estão apresentados e levantam oportunidades de melhoria e aprimoramento.

Os entrevistados têm idades que variam de 21 a 40 anos sendo duas mulheres e quatro homens. As entrevistas foram abertas e todas as opiniões respeitadas integralmente e assegurados os anonimatos.

Uma das mulheres é cadeirante (cadeira motorizada), mora em Salvador, desempenha atividade na área social, e participava de um fórum na própria escola. Ficou hospedada no alojamento da Instituição. A outra é aluna da Pós-graduação da Escola e tem visão parcial.

Entre os quatro homens entrevistados, um é servidor concursado da Escola, com nível de escolaridade superior, tem visão monocular e utiliza o próprio veículo para deslocamento até o trabalho. Estaciona seu carro em uma das vagas especiais no pátio da Enap. Dois são deficientes visuais totais, com nível de escolaridade superior e utilizam o transporte público. Um deles acessa a Escola pela entrada secundária, a partir do metrô, e o outro pela portaria central. Ambos caminham com auxílio de bengalas. O quarto é cadeirante, utiliza veículo próprio adaptado, estaciona no pátio da Enap e circula com cadeira de rodas manual no campus escolar.

7. SÍNTESE DAS ENTREVISTAS

As entrevistas objetivaram os quatro eixos de ação do Programa de Inclusão de Pessoas com Deficiências da Enap. Foram realizados entre a segunda quinzena de outubro e a primeira semana de dezembro de 2017.

Alguns entrevistados responderam questões além de um eixo. As respostas dão um retrato das situações correspondentes aos eixos e avaliam cada tema de forma prática.

Os entrevistados são pessoas com deficiências que frequentam a Enap. A entrevistada A esteve em Brasília, procedente de Salvador, e ficou hospedada no Alojamento do campus da Enap onde participou de um fórum. A entrevistada B é aluna de Pós-graduação da Escola. O entrevistado C é servidor. Os entrevistados D, E, F são estudantes que frequentam a Enap.

As entrevistas foram individuais, em dias diferentes em razão da disponibilidade de tempo dos entrevistados. Houve contato preliminar para os entendimentos e explicações sobre os motivos do trabalho de pesquisa. Uma resposta foi transmitida posteriormente, após contato presencial, via *WhatsApp*, em sistema de voz.

O teor completo das entrevistas está no Apêndice deste trabalho de conclusão de curso.

8. ANÁLISE DOS DADOS

Para verificar a eficácia das ações, a pesquisa aplicada neste trabalho verifica se as atividades desenvolvidas no Programa de Inclusão da Enap estão de fato promovendo a inclusão das pessoas com deficiência no ambiente da Escola e para isto foram elaboradas entrevistas pertinentes aos quatro eixos.

É possível conhecer de fato como estão as condições de inclusão e mobilidade na Escola, pois as entrevistas apontam em direções que oferecem à Escola um panorama da realidade.

Ressalta-se o curto período verificado com relação a realização das ações do Programa, compreendido entre o lançamento, em julho de 2017, e a pesquisa concluída em dezembro de 2017. Muitas atividades foram realizadas obtendo êxito em inúmeras ações.

Dados coletados indicam carências em áreas fundamentais que devem priorizar empreendimentos e iniciativas, a fim de possibilitar a ampliação dos trabalhos de modernização e adaptação à nova realidade.

A seguir, as análises a partir das informações coletadas nas entrevistas pertinentes a cada eixo do Programa de Inclusão de Pessoas com Deficiência da Enap.

Eixo Inclusão Social e Funcional.

As barreiras de atitudes, também chamadas atitudinais, ou de comportamentos que impedem a participação da pessoa com deficiência no ambiente da escola, não foram citadas negativamente. Pelo contrário, indicam uma boa interação, com igualdade de condições com as demais pessoas.

Houve uma citação sobre a falta de comunicação sobre inclusão e deficiência para os próprios servidores da Escola que poderia utilizar meios internos como a intranet.

Não existem barreiras no trabalho e o convívio é considerado normal.

A inclusão pelo esporte para servidores com deficiência da Enap tem referência positiva.

Por outro lado, a falta de cardápio em Braille (pontos em relevo que permitem a escrita para deficientes visuais), nos locais de refeições, causa dificuldades para aquelas pessoas.

Eixo Acessibilidade Arquitetônica e Urbanística.

O entorno da Enap apresenta situação precária. Acessibilidade deficiente, pois faltam faixas para pedestres nas travessias próximas da entrada secundária e não existem paradas de ônibus nos dois sentidos da via.

Faltam acessos adequados para pessoas com deficiência nas proximidades da entrada principal.

O deslocamento através de cadeira de rodas motorizada nas áreas externas do campus é prejudicado pela irregularidade das calçadas.

O alojamento apresenta dificuldades a partir do acesso da recepção até o quarto. Não existe cama adaptada para pessoa com deficiência, com altura adequada. No banheiro o espaço é reduzido para utilização de sanitário e banho, e as barras de apoio são inadequadas.

O terminal bancário é adequado somente para pessoa em pé, sem acesso para cadeirante.

O auditório tem acessibilidade difícil, possui precária rampa móvel, e não dispõe de banheiro para pessoa com deficiência.

As rampas convencionais de acesso a calçadas e ambientes abertos são consideradas boas.

O restaurante sem balcão rebaixado para cadeirante.

Os estacionamentos são considerados ideais para carros de pessoas com deficiência.

Não existe piso tátil nas áreas externas, dificultando os deslocamentos de pessoas com deficiência visual.

Eixo Acessibilidade Comunicacional e Tecnológica.

As entrevistas trazem dados específicos que apontam para a inexistência de recurso para texto ampliado em sala de aula visando pessoa com deficiência visual parcial.

A maioria dos professores ainda não procura atender pessoa com deficiência visual parcial; somente um docente se preocupou pela situação da aluna no curso de Especialização.

As salas de aulas ainda não dispõem de recursos para pessoas com deficiência visual.

Eixo Inovação e Educação Inclusiva.

Um dos entrevistados sugeriu a implantação de questionários de avaliação sobre inclusão e acessibilidade em todos os eventos da Enap.

A entrevistada apontou a falta de comunicação para alunos em sala de aula. Segundo ela, não estão disponibilizados mecanismos de acesso para que possam apresentar suas necessidades em razão de deficiência.

As entrevistas (no apêndice deste trabalho) oferecem informações da real situação em cada eixo. Os gráficos circulares possuem o total de entrevistas no respectivo eixo e a eficácia indicada.

GRÁFICO 1

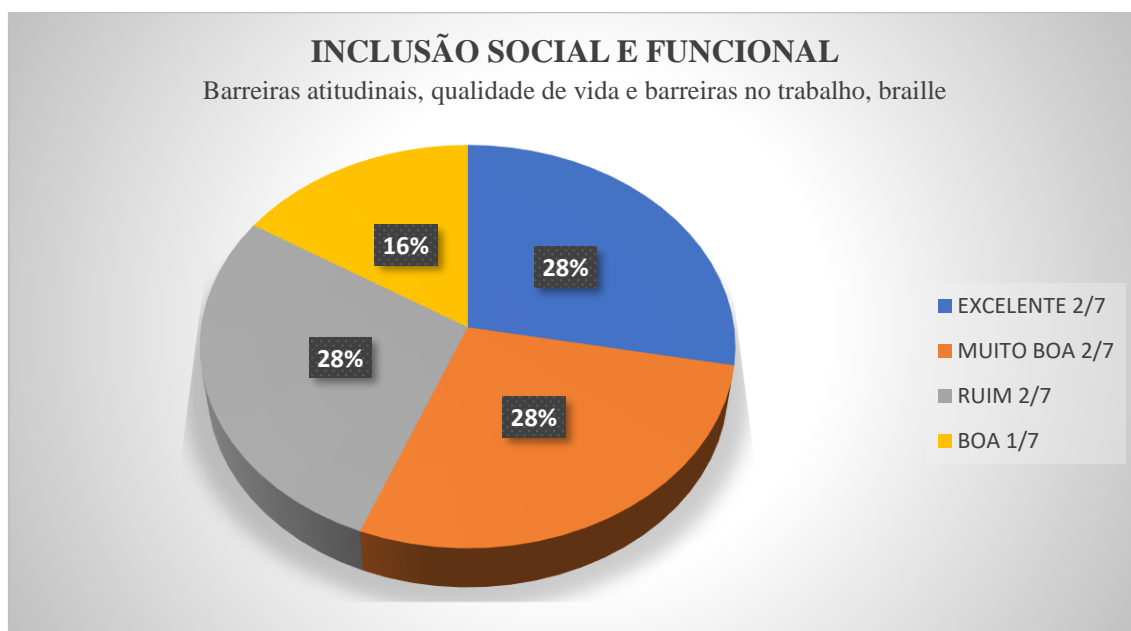


GRÁFICO 2

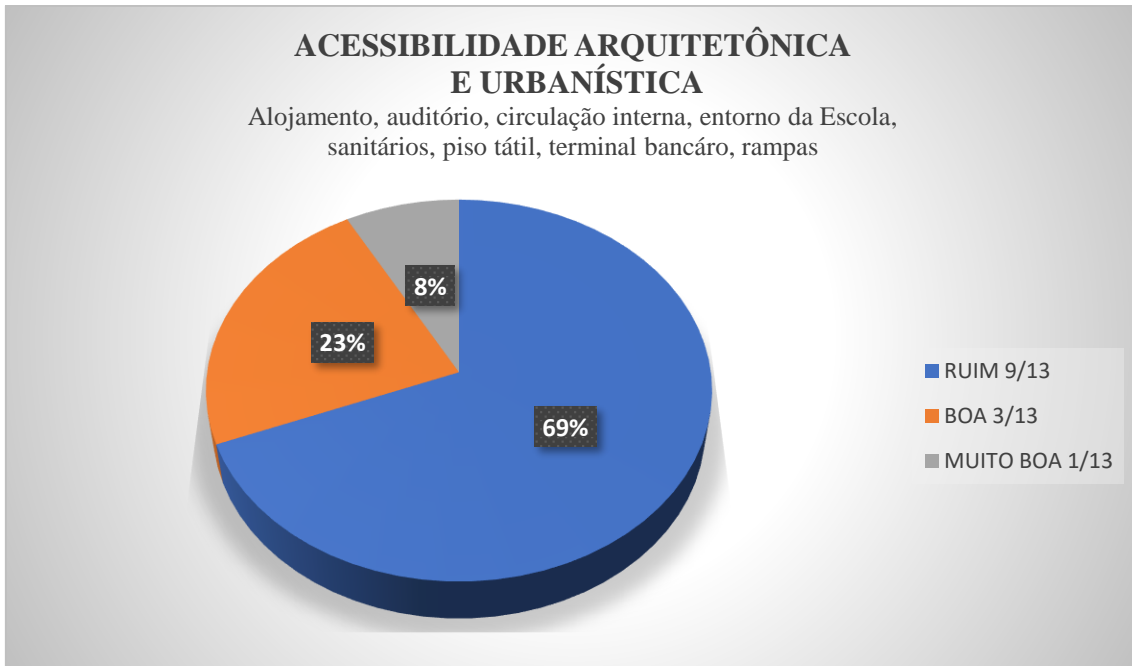
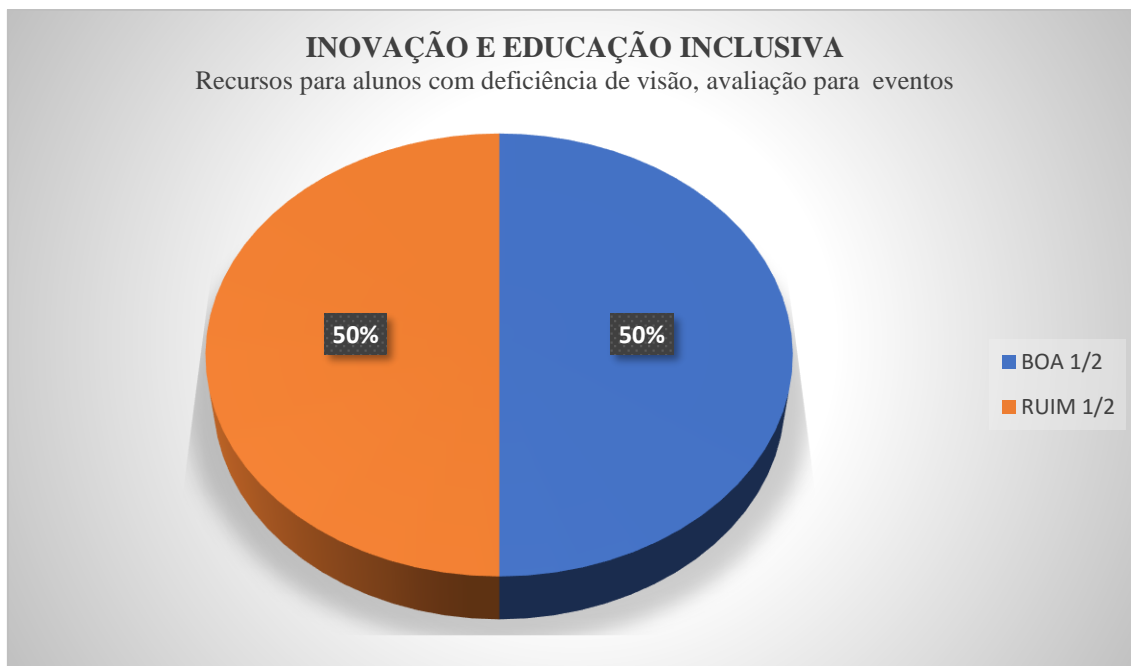


GRÁFICO 3



GRÁFICO 4



FONTE: gráficos do autor

9. CONCLUSÃO

Na avaliação que se faz do desempenho do Programa de Inclusão de Pessoas com Deficiência da Enap é possível constatar as importantes ações executadas com as transformações que estão trazendo impactos significativos para as pessoas com deficiência que frequentam a Escola ou utilizam o Ambiente Virtual de Aprendizagem.

As avaliações aferem cinco meses de atividades, no período compreendido entre a implementação do Programa, no final de julho de 2017, e as pesquisas realizadas entre a segunda quinzena de outubro e a primeira semana de dezembro.

É salutar observar que muitas atividades deverão ser introduzidas para o aprimoramento das ações de acordo com os resultados apontados nas entrevistas.

A Enap tem procurado conciliar as mudanças com a rotina de suas diversas atividades assegurando, às pessoas com deficiência, melhores espaços e condições de participação no ambiente da Escola.

As ações nas áreas de inclusão e de educação inclusiva são eficazes, mas nas áreas de acessibilidades ainda requerem modificações.

Os eixos 1 e 4, Inclusão Social e Funcional, e Inovação e Educação Inclusiva, apresentam avanços em várias frentes. O eixo 2, Acessibilidade Arquitetônica e Urbanística, exige maiores esforços e desafios como demonstrado nas pesquisas. E o eixo 3, Acessibilidade Comunicacional

e Tecnológica tem ações alcançadas nas áreas internas de tecnologia, e adaptações a serem feitas para alunos nas salas de aula.

Em muitas situações as novas adaptações são simples e de execução menos onerosa. Em outras, envolvem mais recursos dentro do propósito da Escola de transformar para incluir, implementando as fases de transição de acordo com os novos instrumentos do Programa.

Está sendo sugerida nesta conclusão a criação de um aplicativo (app) gratuito, Enap/Inclusão, especialmente para as ações dos quatro eixos, como ferramenta fundamental para facilitar o acesso às informações do Programa.

Este aplicativo poderá ser um instrumento de conexão para permitir aos usuários expressarem suas experiências, tendo em vista que não existe um recurso de *feedback* da Escola em relação ao Programa. É essencial que as pessoas com deficiência, no ambiente da Enap, sejam convidadas a participar da avaliação das ações do Programa de modo a garantir a satisfação dentro dos quatro eixos.

Para conhecer, em profundidade, a opinião dos usuários sobre o andamento e aplicação dos instrumentos de modernização da Escola, o Programa de Inclusão de Pessoas com Deficiência da Enap deverá ser reavaliado após o primeiro ano de existência. Sugere-se, ainda, uma avaliação anual para verificar a situação dos eixos no ciclo integral de um período visando nortear as futuras ações do Programa.

10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 3ª edição, 11 de novembro de 2015.

BRASIL. Congresso Nacional. **Decreto Legislativo n.186, de 9 de julho de 2008**. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Disponível em :<<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/99423>>. Acesso em: 10 set. 2017.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 10 de set. de 2017.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>. Acesso em: 07 set. 2017.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Acórdão n.2.170**. Plenário. Relatora: Ministra Ana Arraes. Sessão de 15/08/2012. Disponível em: <https://contas.tcu.gov.br/pesquisaJurisprudencia/#/detalhamento/11/*/KEY:ACORDAO-COMPLETO-1244839/DTRELEVANCIA%20desc/false/1>. Acesso em: 08 dez 2017.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Acórdão n. 3.244**. Plenário. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues. Sessão de 27/11/2013. Disponível em: <<https://contas.tcu.gov.br/pesquisaJurisprudencia/#/detalhamento/11/%252a/NUMACORDAO%253A3244/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/false/1/false>>. Acesso em: 08 dez. 2017.

CAMBIAGHI, Silvana Serafino. **Desenho Universal – Métodos e Técnicas para Arquitetos e Urbanistas**. 3ª edição. Ed. Senac, São Paulo, 2012.

COSTA, Fernando Braga da. **Homens Invisíveis: Relatos de uma Humilhação Social**. Ed. Globo, São Paulo, 2004.

ENAP. Escola Nacional de Administração Pública. **Cartilha**. Programa de Inclusão de Pessoas com Deficiência, Comitê de Inclusão de Pessoas com Deficiência, 2017. Disponível em: <<http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2986/1/Cartilha%20Programa%20de%20Inclus%C3%A3o%20de%20Pessoas%20com%20Defici%C3%Aancia.pdf>>. Acesso em 10 de set. de 2017.

FIGUEIRA, Emílio. **Caminhando em Silêncio – Uma Introdução à Trajetória das Pessoas com Deficiência na História do Brasil**. 2ª ed. São Paulo. Giz Editorial, 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª. ed. São Paulo. Atlas, 2002.

GUGEL, Maria Aparecida; COSTA FILHO, Waldir Macieira da; RIBEIRO, Lauro Luiz Gomes (Orgs.). **Deficiência no Brasil: Uma Abordagem Integral dos Direitos das Pessoas com Deficiência**. Florianópolis: Obra Jurídica, 2007.

MEDEIROS, Marcelo. **Pobreza, Desenvolvimento e Deficiência**. *Paper* apresentado na Oficina de Alianças para ao Desenvolvimento Inclusivo. Nicarágua: Banco Mundial, 2005.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Nada sobre nós, sem nós: Da integração à inclusão – Parte 2**. Revista Nacional de Reabilitação, ano X, n. 58, set./out. 2007, p.20-30. Disponível em: <<http://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/nada-sobre-n%C3%93s-sem-n%C3%93s2.pdf>>. Acesso 04 de nov. de 2017.

APÊNDICE

As entrevistas realizadas sobre os eixos de ação do Programa de Inclusão de Pessoas com Deficiência da Enap.

EIXO INCLUSÃO SOCIAL E FUNCIONAL

TEMA: BARREIRAS ATITUDINAIS

Entrevistada A

EFICÁCIA

Excelente

REFERENTE A

Circulação interna com cadeira de rodas motorizada

SITUAÇÃO

Ficou feliz. Não sentiu nenhum tipo de barreira na questão atitudinal. Elogiou os funcionários dos serviços gerais, recepcionistas, atendentes, pessoal do restaurante e da lanchonete. “Foram maravilhosos com relação ao atendimento. Não notei nenhum olhar de piedade. Isto é algo que se percebe quando alguém vem falar com a gente, todos me olharam como uma pessoa normal”. Sem restrições.

Entrevistado C

EFICÁCIA

Ruim

REFERENTE A

Ambiente na Escola

SITUAÇÃO

Acredita que é falta de informação e de conhecimento. “Deve haver mais comunicação com relação às pessoas com deficiência”. Ainda não percebe a conscientização absoluta sobre a questão na Escola. É de opinião que falta compreensão da maioria dos servidores para agir diante de pessoas com deficiência. Outra questão é a nomenclatura. Recorda que, anteriormente, era PNE, Portador de Necessidades Especiais, e agora a designação PcD, Pessoas com Deficiências. Portanto, no seu entendimento as pessoas ainda estão confusas com a terminologia. Sugere ações para aumentar a percepção dos servidores. Entende que seminários com abordagem do tema para todos os funcionários traria bons resultados. Propõe também a divulgação de informações específicas através

da intranet e a publicação de peças criativas em forma de bandeira na própria rede interna. “Os *banners* deveriam conter as informações atualizadas visando a conscientização dos servidores”.

Entrevistado E

EFICÁCIA

Muito boa

REFERENTE A

Cadeirante. Receptividade das demais pessoas na área interna

SITUAÇÃO

É de opinião que as pessoas respeitam. Acredita que a conscientização melhorou em relação a deficiência. Não percebe discriminação na Enap.

TEMA - BARREIRAS NO TRABALHO

Entrevistado C

EFICÁCIA

Muito boa

REFERENTE A

Local de trabalho

SITUAÇÃO

Tem visão monocular, mas não encontra barreiras. Não enxergar do lado direito implica em ter que ficar no local onde tem visão do todo e sem limitação no ângulo de visão.

TEMA – INCLUSÃO PELO ESPORTE

Entrevistado C

EFICÁCIA

Excelente

REFERENTE A

Qualidade de vida

SITUAÇÃO

Mesmo com visão monocular, participa de atividades esportivas oferecidas aos servidores da Escola. Ao final do expediente utiliza as instalações na área poliesportiva que conta com a administração da Associação do Centro Educação Física Especial (CETEFE). Ali pratica musculação ao lado de inúmeras pessoas com diversas deficiências.

TEMA – MAIOR PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA

Entrevistado C

EFICÁCIA

Boa

REFERENTE A

Maior participação

SITUAÇÃO

Destaca muitas ações positivas na Enap. Trabalhou na Coordenação de Educação a Distância. Não participou das reuniões de inclusão, mas testemunhou boas iniciativas. Citou o aproveitamento de uma

estagiária deficiente visual que teve a oportunidade de trabalhar no setor. Outra, também estagiária, foi aproveitada na coordenação e agora está na Presidência da Fundação Enap. Imagina que cada Coordenação deveria ter um representante no Comitê Gestor e poderia participar mais. Entende que ir às reuniões da Inclusão, como pessoa com deficiência, daria a chance de apresentar contribuições

TEMA – BRAILLE

Entrevistado F

EFICÁCIA	REFERENTE A	SITUAÇÃO
Ruim	Locais de alimentação	Lamenta a falta de cardápio em Braille nos locais de refeições na Enap.

EIXO ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA E URBANÍSTICA

TEMA – ENTORNO DA ESCOLA

Entrevistado D

EFICÁCIA	REFERENTE A	SITUAÇÃO
Ruim	Acesso pela entrada secundária	Semanalmente enfrenta inúmeros desafios para chegar à Enap. Utiliza transporte público. A partir do Terminal Asa Sul, conta com a boa vontade de motoristas de ônibus para transportá-lo pelo curto trecho até a entrada no nível inferior. Ao descer, no sentido Asa Sul, precisa atravessar as duas pistas da via. Reclama da falta de parada de ônibus e de faixa de pedestre. O retorno ao Metrô é ainda mais complicado. Como os ônibus já estão finalizando o percurso, dificilmente param para transportar mais passageiros até o Terminal. A solução é caminhar pelo asfalto ou pelo cerrado. É deficiente visual total.

Entrevistada A

EFICÁCIA	REFERENTE A	SITUAÇÃO
-----------------	--------------------	-----------------

Ruim	Acesso pela entrada secundária	No Terminal Asa Sul deixou o Metrô e tomou um ônibus para fazer o percurso de 400 metros. Para deixar o ônibus o primeiro desafio. Não existe abrigo, acostamento ou parada de transporte coletivo. Contou com apoio de acompanhante para manobrar a cadeira de rodas e atravessar a via com pistas separadas por canteiro central. Sentiu que correu risco. Fez o deslocamento pelo asfalto. Para ela, a primeira barreira encontrada.
------	--------------------------------	---

TEMA – DESLOCAMENTO NO CAMPUS

Entrevistado E

EFICÁCIA

Boa

REFERENTE A

Circulação nas áreas externas com cadeira de rodas manual

SITUAÇÃO

Utiliza veículo próprio. Não tem dificuldade para movimentar a sua cadeira de rodas manual no espaço da Escola. Aprova as rampas. Faz o percurso do estacionamento até a lanchonete e outras dependências da Enap.

Entrevistada A

EFICÁCIA

Ruim

REFERENTE A

Circulação nas áreas externas com cadeira motorizada

SITUAÇÃO

Encontrou placas de concreto levantadas em vários trechos. A utilização da cadeira motorizada, dificultou ainda mais o deslocamento. Entende que, para uma cadeira manual isto não será um grande problema, mas é para uma cadeira com motor. “São duas realidades totalmente diferentes”

TEMA – ACESSO AO ALOJAMENTO

Entrevistada A

Eficácia

Ruim

REFERENTE A

Hospedagem no campus

SITUAÇÃO

O balcão de atendimento era muito alto, fora das normas técnicas. Inacessível para cadeirante. Ficou hospedada por duas noites, no total de 3 dias. Fez observações quanto o acesso. Enquanto as demais pessoas utilizam as escadas, uma cadeirante tem que dar a volta em todo o prédio para entrar pela rampa até a hospedagem. Sentiu

também dificuldade para alcançar o restaurante a partir da área central da Enap. O percurso é o mesmo da hospedagem.

TEMA – QUARTO E BANHEIRO

Entrevistada A

EFICÁCIA

Ruim

REFERENTE A

Quarto e banheiro

SITUAÇÃO

Considerou o tamanho do quarto amplo e bom, mas as camas, altas. No banheiro, alguns problemas como a falta de banco para a pessoa sentar e usar o chuveiro. Sentiu falta da ducha que facilita o banho, tanto para o cadeirante, para o acompanhante que vai auxiliar, ou para a pessoa ostomizada. Considerou inadequadas as colocações das barras nas paredes dentro dos sanitários. A área de manobra para cadeira de rodas é inadequada. Algumas pessoas precisam colocar a cadeira na lateral do vaso sanitário para fazer a transferência. “A colocação das barras em local inapropriado dificulta acesso e a utilização das peças sanitárias. Pessoas com outras deficiências não conseguem, por exemplo, usar o sanitário.”

TEMA – TERMINAL BANCÁRIO

Entrevistada A

EFICÁCIA

Ruim

REFERENTE A

Consulta e/ou saque

SITUAÇÃO

Sentiu falta de um equipamento mais baixo. Terminal destinado a pessoas em pé.

TEMA – AUDITÓRIO - ACESSIBILIDADE

Entrevistada A

EFICÁCIA

Ruim

REFERENTE A

Participação em Fórum

SITUAÇÃO

Não se sentiu muito bem. Ficou constrangida quando precisou usar o elevador adaptado como rampa na lateral da escada. Acredita que o elevador existente pode ajudar alguns deficientes. Mas uma rampa ou um elevador convencional, para a própria pessoa descer ou subir, seria a melhor alternativa.

Algumas vezes teve que sair do evento para ir ao banheiro localizado no nível inferior, onde está o auditório. No local não tem espaço para a movimentação de cadeira de rodas. Para usar o elevador adaptado teve que chamar pessoas da coordenação que não estavam ali especialmente para esta finalidade. Permaneceu na parte inferior no início do Fórum. No entanto, nos intervalos do evento, a frustração com a demora para acessar o elevador. Enquanto os demais participantes saíam para o café e voltavam, ela ainda tentava chegar ao nível superior para tomar café ou ir ao banheiro. Isto não a deixava em igualdade de condições com as demais pessoas. Mais tarde tomou a decisão de permanecer na parte de cima, no mezanino, o que também a deixou aborrecida. Considerou esta como a melhor opção, porque teve que fazer a escolha, tendo em vista a dificuldade para “ir e vir”. Sentiu que ficou afastada das pessoas e da possibilidade de usar o microfone para apresentar suas opiniões. Teve que solicitar apoio para não ficar “apática” durante o evento. Considerou toda esta situação como muito “constrangedora”.

TEMA – RAMPAS

Entrevistada A

EFICÁCIA

Excelente

REFERENTE A

Rampas em vários ambientes

SITUAÇÃO

Considerou como boas as condições de acessibilidade através de rampas na Enap para cadeirante e para pessoas com mobilidade reduzida. Aprovou as larguras e as inclinações. Já usou cadeira manual e atualmente utiliza a motorizada. Adquiriu prática com os dois tipos.

TEMA – RESTAURANTE - ACESSIBILIDADE

Entrevistada A

EFICÁCIA

REFERENTE A

SITUAÇÃO

TEMA- SALA DE AULA (II) - PROFESSORES

Entrevistada B

EFICÁCIA	REFERENTE A	SITUAÇÃO
Ruim	Preocupação dos professores	<p>P - Os professores manifestaram interesse em atender alunos com deficiência em algum momento de suas disciplinas?</p> <p>R - Em uma das aulas, da disciplina Estado Brasileiro e suas Transformações, a Prof. Rebecca Abers observou minha deficiência visual. Ela questionou se eu conseguia visualizar os <i>slides</i> apresentados, visto que alguns possuíam letras pequenas. Informei que não conseguia visualizar com nitidez, mas que acompanhava pelos <i>slides</i> impressos</p>

TEMA - ELIMINAÇÃO DE BARREIRAS COMUNICACIONAIS (I) NOVOS RECURSOS

Entrevistada B

EFICÁCIA	REFERENTE A	SITUAÇÃO
Boa	Eliminar barreiras	<p>P - Na sua opinião, quais serviços ou produtos permitiriam eliminação de barreiras comunicacionais para as pessoas com deficiências visuais nas salas de aula da Enap?</p> <p>R – Em específico, o uso de notebook ou computador facilitaria muito para que o aluno, com deficiência de baixa visão, pudesse visualizar de forma ampliada, conforme sua necessidade. Atualmente existem softwares de ampliação de tela de computador para pessoas com baixa visão, assim como softwares que se comunicam com o usuário através de síntese de voz, viabilizando, a leitura de textos da tela ao mesmo tempo em que esta é ampliada</p>

TEMA - ELIMINAÇÃO DE BARREIRAS COMUNICACIONAIS (II) TA (TECNOLOGIA ASSISTIVA)

Entrevistada B

EFICÁCIA	REFERENTE A	SITUAÇÃO
Muito boa	Exemplo para a inclusão	P - Você tem outra sugestão para a Enap?

R - Com o uso de tecnologia assistiva pode-se ajudar em muito a pessoas com deficiência, principalmente softwares para acessibilidade de comunicação, o que permite a autonomia das pessoas com deficiência para um aprendizado sem barreiras. Os órgãos públicos devem ser o exemplo da inclusão social, por meio de investimentos e busca contínua nos avanços da tecnologia assistiva

EIXO INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO INCLUSIVA

TEMA- SALA DE AULA - RECURSOS PARA ALUNOS

(P= pergunta/R=resposta)

Entrevistada B

EFICÁCIA	REFERENTE A	SITUAÇÃO
Ruim	Sala de aula	P - Você com deficiência parcial de visão foi beneficiada por algum recurso que viesse a facilitar o aprendizado nas aulas presenciais? R- Infelizmente não

TEMA – AVALIAÇÃO NA ENAP

Entrevistado C

EFICÁCIA	REFERENTE A	SITUAÇÃO
Boa	Avaliação sobre inclusão na Enap	Sugere que seja realizada, ao final de cada evento, curso presencial, no modo Ensino a Distância, ou seminário, uma avaliação sobre a questão da inclusão na Enap. Salienta que é preciso saber se a tecnologia atendeu, se o ambiente ofereceu os recursos suficientes, e como ser avaliada a inclusão na Escola. As perguntas seriam também para pessoas sem necessidades especiais, suas considerações a respeito da inclusão na Escola e a relação com os deficientes